

## NARRATIVAS SOBRE O SUL AMERICANO DE JUDÔ DE 1979: A LEGALIZAÇÃO DO JUDÔ FEMININO NO BRASIL

**Dr.<sup>a</sup> Ludmila Mourão**  
PPGEF-UGF/GEFSS  
**Mst. Gabriela C. de Souza**  
PPGEF-UGF/GEFSS

### RESUMO

*Com o propósito de descrever o processo de legalização do judô feminino no Brasil, buscamos compreender o caminho traçado por um ex-dirigente e uma ex-atleta que participaram do Campeonato Sul-americano de Judô de Montevideu em 1979, resgatando suas lembranças através da História Oral (FREITAS, 2002). Com esta narrativa, analisamos como as mulheres vêm conquistando espaço de participação no mundo do esporte, de forma que homens e mulheres, a cada geração, encontram maior possibilidade de movimentação neste campo, apesar das dificuldades causadas por suas diferenças.*

### ABSTRACT

*The aim of this article is to describe the legalization process of women's judo in Brazil. For this purpose, we wrote an account of the journey taken by a judo ex-president and ex-athlete who took part in the South American Judo Championship, in 1979, recovering their memories through Oral History (FREITAS, 2002). Along the narrative, we analyzed how women have conquered space in the sports world so that every generation of men and women can find greater possibilities to move in this area, despite the difficulties caused by their differences.*

### RESUMEN

*Con la intención de describir el proceso de legalización del judo femenino en Brasil, entenderemos el camino trazado por un ex-director y un ex-atleta que participaron del Campeonato sudamericano de Judo de Montevideo en 1979, rescatando sus recuerdos a través de la Historia Oral (FREITAS, 2002). Con esta narrativa, nosotros analizaremos como las mujeres conquistan su espacio en el mundo del deporte. A lo largo de generaciones, hombres y mujeres han encontrado mayores posibilidades de desarrollo en este campo, aunque las dificultades ocasionadas por sus diferencias*

### I. INTRODUÇÃO

Esportes de “confronto modernos” envolvem representação de luta entre duas equipes, onde a violência é “um ingrediente fulcral e legítimo” (DUNNING, 1992 p.394). No Brasil, as modalidades de lutas e esportes coletivos de confronto, como futebol, assim como outras atividades físicas que pudessem causar danos à integridade física da mulher e colocar em risco a as condições necessárias a reprodução da prole, eram desaconselhadas e até proibidas por lei no século passado, segundo Mourão (1996) e Saraiva (1999).

Alguns estudos (GAMA, 1986) consideram que o judô feminino teve início no Brasil na década de 1920, contudo não há registros oficiais que relatem com precisão este fato, apenas academias de judô foram inauguradas e rapidamente se disseminaram pelo país, principalmente em São Paulo. Contudo havia o interesse de que as mulheres

participassem de campeonatos, como percebemos no depoimento do ex-presidente da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) ao *Jornal dos Sports* em janeiro de 1979:

“O Brasil não participa de campeonatos internacionais porque não tem, nesta categoria, o esporte legalizado. Estamos na estaca zero e **a CBJ esta prometendo há 5 anos a legalização**. Nos Jogos Pan-Americanos, em Porto Rico, perderemos valiosos pontos, **porque serão realizadas competições femininas** e ainda não possuímos uma equipe formada” (J.S. 16/01/1979, p. 7).

Esta é uma das evidências de que não houve uma desconstrução do papel social feminino tradicional de submissão, ao contrário a emancipação feminina construída nas brechas pelas mãos e atos também dos homens, embora vá se dando, ocorre por demandas ainda distintos, que reforçam interesses masculinos. Contudo, as mulheres vão conquistando espaço de participação no mundo do esporte e esse processo histórico se faz de transgressões e concessões, de forma que homens e mulheres a cada geração, apesar de encontrarem maior possibilidade de movimentação neste campo, se esbarram em novas demandas por igualdades e liberdades.

Embora a legislação se pronunciasse reforçando as discriminações acerca da participação feminina em esportes ditos viris, como o Conselho Nacional de Desportos (CND) o fez em 14 de abril de 1941, quando criou o Decreto-Lei 3.199<sup>1</sup> que dizia, em seu Artigo 54º: “*Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza*”, sendo este regulamentado em 1965, estabelecendo regras através da Deliberação 7<sup>2</sup>: “*Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebol*”, reatualizado em 1975 pela Lei 6.251<sup>3</sup>, não havia impedimento para que os professores de Judô em suas academias transmitissem os ensinamentos da nobre arte a atletas do sexo feminino principalmente o ju-no-kata<sup>4</sup>, (UEDA, e VACCARI, 2004). Mas a proibição da luta no país, restringia às mulheres a participação em competições oficiais e prejudicava a equipe nacional na contagem geral de pontos nos campeonatos no continente americano. Desta forma, a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), por insistência do professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva (JMCS), iniciou um trabalho junto ao CND, para convencer o órgão a revogar tal proibição. Foi então, que, em outubro de 1979, Mamede conseguiu levar uma equipe feminina para participar do Campeonato Sul Americano de Judô, realizado em Montevidéu no Uruguai.

As quatro atletas inscritas podem ser consideradas como as pioneiras na participação do Judô Feminino em eventos internacionais: Kasue Ueda, filha do professor Takhesi Ueda, Ana Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de Carvalho e Silva, Patrícia Maria de Carvalho e Silva todas filhas do professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva. Essas com nomes de homens para que fosse possível a obtenção de subsídios, como passagens aéreas, hospedagem e alimentação, conseguiram o terceiro lugar em três categorias, e obtiveram medalhas que somadas as obtidas pela equipe masculina, levaram o Brasil a conquistar o título de campeões na contagem geral de pontos.

1 Decreto-Lei 3199: Diário Oficial da União do dia 14 de abril de 1941 Cap. IX: Disposições gerais e transitórias, no Art. 54º, do Conselho Nacional de Desportos (CND) – Fonte: Site do Senado Federal. Acessado em 23 de março de 2007:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=152593>

2 CASTELLANI FILHO, L. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1994

3 Fonte: Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 1979 (p 20220). Deliberação 10/79, retirado do arquivo da Biblioteca do Ministério da Fazenda.

4 Ju no kata significa “Formas de gentileza”. Iniciou no Japão em 1887, poucos anos após o início do judô (1882) e é um kata desenvolvido basicamente por mulheres já que representa graciosidade e leveza nos movimentos e consiste em movimentos coreografados de golpes de judô- Fonte: Acessado em 23 de março de 2007:<

<http://www.judoinfo.com/kataju.htm>>



Fig. 1- Primeira equipe brasileira feminina de judô a participar de um evento internacional, em Montevideú, no Uruguai, em outubro de 1979: Cristina, Kaseu Ueda, Ana Maria e Patrícia<sup>5</sup>.

Legalizou-se, assim, em dezembro de 1979, o judô feminino brasileiro junto ao CND, em campeonatos nacionais e internacionais, com reconhecimento e apoio dos órgãos responsáveis pela modalidade. A Deliberação 7 foi revogada e substituída pelo Artigo 10º, permitindo, assim, a prática de esportes estigmatizados como viris e, no ano seguinte, as mulheres puderam fazer parte da seleção brasileira de judô e de torneios e treinamentos por todo o mundo, bem como abriram caminho para que outras modalidades esportivas proibidas também pudessem se desenvolver.

Esses dados parecem indicar que embora tenha sido legalizada a prática feminina competitiva do judô no Brasil e mesmo com as mulheres já inseridas na prática judoística a longo tempo, essas tinham seus destinos aprisionados a um paradigma biológico de corpo, que também é responsável por traçar sua condição de submissão. Laqueur (2001) nos ajuda a refletir sobre como as diferenças de gênero resistem à mudanças e como a ciência reforça as idéias de diferença, mesmo quando descobre cada vez mais semelhanças entre homens e mulheres. No estágio atual da ciência, poderíamos, utilizando os argumentos do autor, retornar ao modelo de sexo único, mas as diferenças de sexo estão tão impregnadas em nossa forma de pensar e estar no mundo que o modelo dos dois sexos permanece.

Com o propósito de conhecer, tanto as estratégias que levaram o ex-presidente da CBJ Joaquim Mamede ao Campeonato Sul-americano de Judô de Montevideú, como a experiência da ex-atleta Kasue Ueda no mesmo evento, em 1979, iremos reconstruir suas histórias de vida e resgatar suas lembranças, nesta competição, através da entrevista, periódicos da época e de acessos a seus arquivos pessoais. Contaremos, então, com a história oral por ser aquela que privilegia a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou “*vencidos da história*” (FREITAS, 2002, p. 50). Para Thompson (1988, p. 44) o entorno das pessoas constitui a história oral, é desta forma que “*ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo*”. Assim, reconstruiremos o passado, baseando-nos na memória; esta “*história é sinônimo de memória, havendo uma relação de fusão, e elas não se distinguem*”, Freitas (*Ibidem*, p. 59).

## II. NARRATIVAS SOBRE O SUL AMERICANO DE 1979: A REPRESENTAÇÃO DO DIRIGENTE

Para entendermos qual foi o processo desencadeador da legalização do judô feminino brasileiro em 1979, devemos lembrar o que levou Joaquim Mamede de Carvalho e Silva a inscrever quatro atletas junto com a equipe masculina - com nome de

<sup>5</sup> Fonte: UEDA, e VACCARI, 2004, p. 44.

homem - no CND, para isso analisaremos uma entrevista realizada com o próprio Mamede em 19 de maio de 2006.

Foi no início da década de 1950 que JMCS se envolveu com o judô. Já em meados dos anos 1960, teve cinco filhas. Mesmo ciente que ainda naquele período era proibida a prática de esportes de luta para mulheres, ignorou tais regras e *“iniciou suas cinco filhas na prática do judô”*, na sua própria casa, onde administrava uma pequena academia de judô.

Após anos de atuação com o judô e das amizades que construiu neste espaço esportivo, participou de eventos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Estes contatos lhe renderam o cargo de presidente da Federação Guanabarina de Judô em 1974 (fundada desde 1964).

Motivado por uma cena que tivera visto vinte anos antes no antigo Circo Dudu (atual Escola Nacional de Circo), na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro, em que uma das atrações eram mulheres praticando luta-livre, JMCS pôde observar que uma das lutadoras saía após os combates para amamentar seu filho de aproximadamente um ano de idade. Desde então (década de 1950), fez-se a associação de que o judô era um esporte menos violento que a luta-livre.

Em 1974 deu-se início, então, a luta de JMCS, como presidente da Federação Guanabarina de Judô em incluir as mulheres nos torneios da Federação e dessa forma pressionar a legalização do esporte no Brasil. Desta época em diante, juntamente com representantes de São Paulo, e do Rio de Janeiro como seu amigo Takeshi Ueda, que também tinha uma filha judoca, deram início a torneios femininos extra-oficiais de judô.

Segundo JMCS os torneios amistosos contavam com a participação de mais de duzentas mulheres ainda em meados da década de 1970. Contudo, duas de suas filhas não tinham inclinações competitivas, mas logo se adaptaram para participar de uma forma ou de outra do judô feminino brasileiro.

O próprio Mamede viajou para o Japão, em 1977, e, na Kodokan, o primeiro instituto de judô mundial, contratou um especialista em Ju-no-kata que lhe ensinou tais técnicas. Ao retornar, uniu-se ao mestre Ueda e repassaram o aprendizado às suas respectivas filhas, disseminando esta modalidade do judô pelo Brasil.

O judô brasileiro não tinha uma boa classificação dentre os países da América, isso era devido, também, ao fato de ser o único país que não contava com a participação das mulheres, pois, para o resultado geral de um torneio, é necessária a soma de resultados do masculino e feminino. Desta forma, foi no campeonato Sul Americano de Judô de 1979, realizado em Montevidéu, no Uruguai, que JMCS decidiu proceder de forma ousada, como aponta seu depoimento:

“Foi da seguinte maneira: inscrevemos-nos para conseguir as passagens aqui no CND, aqui no Brasil, com nomes de homens: Cristina Maria eu botei Cristino Mário, Kasue Ueda é nome de homem, Patrício Mário,... aqui no Brasil botei com nome de homem, para tirar a passagem, e lá no Uruguai, nos inscrevemos com nomes de mulher como se fosse legal (...) e só fomos campeões Sul Americanos porque, os pontos das mulheres contaram porque se não tivesse contado os pontos delas nós íamos perder, porque só homens não ganhavam”.

A equipe brasileira feminina de judô trouxe desta competição três medalhas de bronze, bem como se sagraram campeões gerais do torneio, uma vez que *“tais pontos foram fundamentais para serem somados ao masculino que também havia conquistado medalhas”*.

Ao retornarem do campeonato no Uruguai, houve a notícia que teriam que se apresentar imediatamente ao CND. Segundo JMCS, ficou claro que *“o intuito era de adverti-lo por sua ousadia”*. Uma vez aceita a solicitação, houve o comparecimento de toda a delegação de judô presente no torneio em Montevidéu, como relata Mamede:

“Bem, quando nós chegamos no aeroporto, a notícia era que eu tinha que me apresentar imediatamente ao CND (...). Ai eu fui me apresentar no CND e levei as

moças vestidas de quimono, levei as moças com as medalhas, e abafei tudo lá, mostrei pros caras que eles estavam errados”.

Os preparativos para a reunião no CND aconteceram com os Presidentes da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) da época, o professor Augusto de Oliveira Cordeiro, que foi o homem que implantou o judô no Rio de Janeiro na década de 1940, com o Presidente da Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro (FJERJ), o professor JMCS e com o Presidente em vigor do CND, Sr. Malemon, que discutiram a importância da “abertura” do judô para as mulheres. Em seguida houve uma reunião no CND descrita da seguinte forma pelo professor Mamede:

“Eles marcaram uma reunião com o conselho do CND, aí o Malemon era simpático também à causa das moças, (...) e ele achava que isso não tinha nada a ver, e fez essa reunião no CND apresentou uma votação com tudo que foi mostrado e eles resolveram acabar com a proibição (...).Ele (Malemon) foi inteligente e viu que não podia segurar... Que era besteira... Ele ia lutar e eu provei a ele que não, que as mulheres não fazem só judô e que na América do Sul o único país que não era inscrito oficialmente no judô feminino era o Brasil, e eu levei extra-oficial com nomes de homens (...). Falei tudo pra eles. Falei com esse general no dia da reunião do CND, eu fui chamado pra eu apresentar o que eu tinha dito ao Malemon, do circo, da criança mamando, essas coisas todas e isso também pesou um pouco o que pesou muito mesmo foi a defesa do Dr. Riche ,(...), o Dr. André Riche, advogado (...), que apresentou um argumento muito forte porque tinha visto remadoras, num país à que ele foi e que tinha assistido algumas lutas e algumas mulheres e Molemon que foi responsável pela abertura do judô feminino, foi ele. Abertura legal, porque se ele não colocasse no conselho..., foi ele que apertou”.

Segundo Mamede, “*a movimentação feminina no judô era muito grande*” o que faria com que clubes e academias pressionassem o CND, mais cedo ou mais tarde, para que mulheres fossem liberadas para praticar qualquer tipo de esporte. A pressão exercida por Mamede no CND surtiu efeito, pois aproximadamente dois meses depois deste torneio, no mês de dezembro, revoga-se a Deliberação 7 e a substitui pelo Artigo 10º, permitindo, assim, a prática dos esportes ditos viris.

No ano de 1979, Mamede se candidata à presidência da Confederação Brasileira de Judô, usando a seu favor o episódio do Sul Americano de 1979 como uma “plataforma” política, mas perde as eleições por pequena margem de votos. Em 1982, após uma desastrosa aliança com Miguel Martins Fernandez, vence e é eleito primeiro Vice-Presidente, deixando o cargo em poucos meses em virtude da desonestidade do espanhol. Entretanto em 1986 ao suceder Sérgio Bahia, Mamede é eleito presidente da Confederação Brasileira de Judô e justifica sua ansiedade da seguinte forma:

“A gente fazia um trabalho dessa maneira, incentivava as federações crescerem com o judô aí eles nos avisavam. Eu era o presidente da FJERJ **tinha interesse no judô feminino, muito interesse, sempre gostei por causa das minhas filhas** e também porque eu realmente tinha interesse aquele negócio da menina dando mamá, aquilo me marcou muito e **fui brigar pelo judô feminino crescer** (...). Eu tinha muita força perto das academias (...) e **queria que minhas cinco filhas fossem faixas pretas registradas na confederação de judô**”.

Desde então, até o ano de 2001, JMCS assumiu, dentre conturbados e polêmicos episódios em sua gestão, o cargo de presidente da CBJ. Curiosamente, o atual (2006) presidente da CBJ é o professor Paulo Wanderley, ex-técnico da seleção brasileira de judô, que acompanhou a delegação no Sul Americano de 1979 ao Uruguai, e que também vamos entrevistar para esta pesquisa.

Fazendo uma análise desta breve narrativa, podemos perceber que JMCS não se ateu aos padrões da época. Segundo ele, era “*machista a atuação de alguns membros da FJERJ e CBJ, fazendo atrasar o desenvolvimento do judô feminino brasileiro*”.

Após anos de ilegalidade, a troca de nomes das atletas para que fossem adquiridas as passagens para o Sul Americano de judô no Uruguai, se tornou um argumento relevante

para que o CND refletisse e revogasse o Decreto Lei 3.199 que proibia a prática de lutas entre outros esportes às mulheres.

### III. O SUL AMERICANO DE 1979 UM ACASO PARA KASUE UEDA

Nascida no Brasil na década de 1950, filha do japonês e mestre de judô Takeshi Ueda, um dos pioneiros desta modalidade no Brasil, Kasue Ueda, como muitas outras filhas de japoneses judocas, já iniciou a vida no dojô, mesmo sem saber se era mesmo o judô que queria seguir - *“a gente nem sabe se gosta ou se não gosta, porque tá lá dentro”*.

Takeshi Ueda chegou ao Brasil, depois da passagem de sua família pelos Estados Unidos, vindos de Hiroxima, logo após parentes maternos ter lhe tirado tudo e de ficar na pobreza.

Takeshi Ueda sempre estivera ciente que as mulheres estariam proibidas de lutar Judô no Brasil, contudo em sua cultura no Japão, esta prática não era proibida às mulheres. Foi motivado por suas raízes culturais que decidiu ensinar esta arte marcial para sua filha. Entretanto, Takeshi Ueda se encontrou em um “dilema cultural” que o levou a ensinar parcialmente as técnicas do judô a Kasue Ueda e integralmente a seu filho Minoru Ueda. Desta forma, privou sua filha de aprender técnicas de imobilização, chave de braço e estrangulamento, como explica Kasue Ueda a seguir:

“Todas as técnicas, tudo o que ele podia, o que ele queria, ele colocava tudo no meu irmão, e a mim ele separava um pouco, discriminava, isolava! Ele era muito machista, então ele não me dava valor, então treinava aquilo que a mulher precisava treinar: cozinhar, lavar, passar e não precisava fazer mais nada. E já o meu irmão ele treinava de verdade, em competição. (...) Ele não ensinava estrangulamento, chave de braço e imobilização, eu fui aprender depois pra ensinar aos alunos. Mas aí você vai vendo tanto, que só de ver você vai aprendendo. É que nem cozinhar né? De tanto ver, você acaba aprendendo”.

Takeshi Ueda inaugurou seu Judô Clube Ren-Sei-Kan, na década de 1950, com o ideal de criar algo com que pudesse sobreviver mesmo após sua morte, estimulando seus alunos como atletas e cidadãos. Foi então que conheceu o professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva, que, com suas filhas judocas, começaram a se empenhar em legalizar o judô feminino no Brasil.

Kasue aos 12 anos já ajudava seu pai a divulgar esta arte marcial, pelos clubes e academias, carregando tatame nas costas e apresentando o Ju-no-kata que já vinha sendo apresentado no Brasil pela filha do mestre Kihara, a judoca Kimie Kihara, antes mesmo dos anos 1960.

Takeshi Ueda, apaixonado que era pelo judô, impôs a Kasue Ueda sua aprendizagem e tinha como um de seus desejos que sua filha se casasse. Kasue Ueda, por sua vez, desagradou seu pai quando decidiu fazer o curso pré-vestibular. Este fato provocou uma crise no relacionamento pai e filha e eles ficaram sem se falar durante um ano.

Kasue não queria seguir os passos da mãe que era dona de casa e não tinha feito curso superior. Antes mesmo de ingressar na faculdade de Educação Física em meados dos anos 1970, trabalhou no Serviço Social do Comércio (SESC) de São João de Meriti, atuando por 25 anos, onde se iniciou como professora de judô:

“Eu só vi o preconceito quando eu dei aula de judô realmente. Eu e elas também falávamos a mesma coisa, porque naquela época não havia professora de judô. E eu dei aula no SESC, fui pioneira em judô dando aula para as meninas (...) Lá que eu vi o que era discriminação. E aquela época foi muito difícil pra mim, porque não havia mulheres dando aula de judô. Então eu tinha que ser melhor do que qualquer outra pessoa, porque eu tinha que provar o que a mulher poderia fazer”.

Ainda no SESC, Kasue recorda:

“Tinha um cargo de coordenação, e eu era mais antiga do que o rapaz que tinha chegado. Então na verdade quem tinha que ficar no cargo era eu, por hierarquia de

tempo. Mas há 30 anos atrás, uma mulher comandar vários homens, era uma coisa assim... Pois é, então eu não consegui esse cargo e por quê? Ah porque você é mulher! - E o pior é que falaram. O povo lá era muito bruto, eu ia ter que chefiar muitos homens. Então falaram: "quando começarem a gritar com você, você não vai ter cacife pra gritar com ele no mesmo nível".

Como podemos observar, Kasue estava envolvida em seu trabalho de professora de judô e se sentia competente para galgar uma nova função na administração do SESC, contudo, não pode exercer tal cargo devido aos comentários que ela mesma caracterizou como "*preconceituosos*".

Em 1979, Kasue foi convocada pela Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro (FJERJ) a participar de seu primeiro campeonato. Sem nem mesmo ter participado de nenhuma competição anteriormente, o então presidente da FJERJ Mamede, a escalara para o Campeonato Sul Americano de Judô que se realizou em Montevideú, no Uruguai, juntamente com mais três atletas, as filhas do professor e presidente da Federação. Até então apenas os judocas homens vinham participando de campeonatos internacionais. Em especial, o campeonato de Montevideú, foi o primeiro a ter mulheres brasileiras competindo.

Os preparativos para a viagem foram marcados pela ansiedade e cansaço. Para que Kasue Ueda se ausentasse do trabalho, foi preciso que Joaquim Mamede redigisse uma declaração solicitando a presença da atleta no período da competição, que seria apresentada ao presidente do SESC, sendo este incumbido de liberá-la ou não de suas obrigações. Ansiosa e por saber que a Lei não estava a seu favor, uma vez que tinha conhecimento da legislação que proibia mulheres de lutarem judô, Kasue Ueda apresentou a declaração, e teve a liberação para viajar.

Daí em diante o cansaço seria sua melhor companhia já que seu pai havia preparado longos e estafantes treinamentos para o Sul Americano, que lhe causaram estresse muscular e até febre. Estes treinos eram feitos duas vezes ao dia e diariamente, além de haver poucas mulheres treinando, já que na academia de seu pai só havia quatro mulheres judocas, o que fazia com que o treinamento fosse predominantemente com os homens, mas que não se traduziu em impedimento para dar prosseguimento aos treinos.

Já no Uruguai, Kasue Ueda presenciou a disparidade física existente entre as demais atletas e ela, o que descreveu da seguinte forma:

"Aí cheguei lá era uma coisa muito difícil, muito bruta, porque em outras confederações, estavam permitindo que as meninas participassem de campeonatos, e aqui não né?! Então eu não tinha experiência, cheguei lá e foi um arraso né? (...) Eu tava no peso mínimo e ela era forte, já tava disputando competição, aí quando ela me pegou foi como se fosse um vento e caiu em cima da minha clavícula".

Kasue Ueda retornou ao Brasil com uma lesão no ombro que lhe custaria o fim da sua carreira judoística. Contudo as outras três atletas tiveram sucesso e puderam apresentar suas medalhas de prata e ouro no CND que dois meses depois, revogou a Lei que proibia a prática de lutas para as mulheres. Mesmo não podendo atuar como atleta, Kasue Ueda continuou como professora de judô e logo que chegou do Sul Americano se formou em Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientada e motivada pela ex-nadadora Maria Lenk foi convidada para a Monitoria da disciplina de judô no curso.

De 1980 em diante, Kasue Ueda não se apegou mais às competições e se dedicou às aulas de judô em uma academia próxima a sua residência tendo, então, como adversário o próprio pai. Kasue explica, que além da rivalidade entre as duas academias, a que ela ensinava judô e a de seu pai, existia também uma cobrança invisível por parte da academia por ela ser uma terinadora/professora liderando judocas nas competições. A ex-judoca relata como era a rivalidade entre os alunos das duas academias:

“Felizmente quase todos os meninos ganharam medalha (alunos de Kasue), então eles (os alunos do pai de Kasue) tiveram que calar a boca [...] . Meu pai era super rígido comigo, e eu aprendi a ser rígida também com os seus alunos. Todo o aprendizado que eu tive com meu pai eu passei para meus alunos e eles ganharam a primeira competição que eu era a treinadora, inclusive, dos alunos do meu pai”.

No entanto, este adversário também era aliado porque os alunos mais habilidosos eram encaminhados para treinar na academia do pai, que promovia um judô mais competitivo. Contudo Kasue Ueda não estava livre de olhares preconceituosos como professora de judô e lembra: *“quando eu levava os meninos pra competição, todo mundo olhava e achavam que eram homossexuais”*. Kasue Ueda acreditava que as mulheres no poder incomodavam, mas não se intimidou e continuou a ministrar aulas para homens e mulheres.

Após alguns anos, na década de 1990, Kasue Ueda se casou e teve um filho. Seu marido não gostava de judô e sua carreira profissional no SESC agora com programas de ginástica fluía normalmente, o que a levou a largar as aulas de judô, tendo concluído sua carreira judoística faixa preta e no segundo dan. Nem seu filho chegou a aprender judô mesmo sendo um admirador da história de seus antepassados.

No ano de 2004, com as Olimpíadas de Atenas é que Kasue Ueda foi procurada pela mídia para contar sobre o episódio do Campeonato Sul Americano de Judô no Uruguai, e, somente na entrevista, ficou sabendo que as vésperas da viagem seu nome teria sido trocado para que se passasse por um nome masculino no CND e assim fosse concedida a passagem aérea. Segundo ela, seu pai não passou essas informações na época, ou foi algo que realmente passou despercebido.

Sendo assim iniciado com uma forte amizade entre o professor Takeshi Ueda e o professor Joaquim Mamede, o judô feminino cresceu, legalizou-se e desenvolveu-se pelo mundo. Foi neste ambiente e fruto desta amizade e da iniciação de suas filhas em casa que judocas cresceram e conquistaram seu espaço, sobretudo no campeonato Sul Americano de Judô 1979 no Uruguai.

#### **IV. ANÁLISE DAS NARRATIVAS E SUAS TENDÊNCIAS**

Ao narrarmos parte da trajetória do judô feminino brasileiro, usando como ponto de partida o Campeonato Sul Americano de Judô de 1979 na voz de alguns dos seus protagonistas, tínhamos como objetivo analisar as diferentes situações que levaram à quebra da proibição desta luta no cenário esportivo brasileiro. Desta forma, através das narrativas da atleta Kasue Ueda, pôde-se verificar que as mulheres que representaram o Brasil nesta competição não tinham nenhuma estratégia de emancipação em comum, elas apenas atendiam às reivindicações e desejos de seus pais, que tinham o judô como uma de suas paixões e desejavam que este esporte se projetasse no cenário nacional e internacional através de seus resultados. Para isso estes homens teriam que contar com uma equipe feminina na delegação brasileira. Tentaram em 1979 esse feito e conseguiram com isso quebrar um jejum que perdurava havia 38 anos na vida esportiva brasileira que era a interdição da prática das lutas pelas mulheres.

Percebemos, então, que o discurso do dirigente da época encontrou-se, estrategicamente, ancorados nas tendências da sociedade que já vinham alargando os espaços para as mulheres em diferentes setores da sociedade. Destaca-se neste texto o espaço esportivo que teve como marco de sua democratização os anos 1980, que coincidem com a superação da interdição das práticas de luta, futebol e levantamento de peso entre outras, pelas mulheres.

Esta breve aproximação que realizamos com parte dos acontecimentos do judô feminino brasileiro não se configura como a história oficial, mais é aquela que foi construída por parte daqueles que com interesses variados concorreram para mudar o rumo



da história e trazer novos discursos e práticas sobre a construção da História das Mulheres no Esporte brasileiro. Acredita-se que são necessárias novas pesquisas sobre os espaços ocupados pelas mulheres nos esportes, sobretudo em modalidades que ainda são estigmatizadas, quando consideradas mais adequadas para os homens.

Entretanto, as mulheres vêm superando as condições adversas, transformando entre avanços e recuos suas trajetórias, ampliando cada vez mais sua participação nesta prática. Contudo, em decorrência desse posicionamento fixado na sociedade, apesar de todo este avanço, ainda hoje a opção delas é por atividades que não geram o estigma de estarem deslocadas do seu papel social tradicional.

## V. REFERÊNCIAS

- DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e as suas transformações. In Elias, N. *A busca da excitação*. Lisboa. DIFEL. 1992.
- DRUMMOND, E. O Judô na Universidade: discutindo questões de gênero e idade. In: Guedes, O. C. (org.). *Judô evolução técnica e competição*. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 73-91.
- FREITAS, S. M. de *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- GAMA, R.J. *Manual da iniciação do judô*. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1986.
- Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 1979 e 1980 microfilmadas, Biblioteca Nacional.
- KNIJNIK, J. Dorfman. *Mulheres no esporte: uma nova roupa velha*. Revista Digital - Buenos Aires, N° 42, 2001.
- PESAVENTO, S.J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TOMAS, LAQUEUR. (2001). *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MOURÃO, L. A imagem da mulher esportista nos Jogos da Primavera dos anos 50. In: Sebastião, V. (Org.). *A representação social da mulher na Educação Física e no esporte*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996, p. 61-78.
- \_\_\_\_\_. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físico-desportivas. In: Simões, C. *Mulher e Esporte: mitos e verdades*. São Paulo: Manole, 2003.
- SARAIVA, M.C. Co-educação física e esportes – *Quando a diferença é mito*. 2ª ed. Ijuí. Ed. Unijuí, 1999.
- UEDA, T. & VACCARI, E. Ren-Sei-Kan: *meio século de judô*. Rio de Janeiro: Zit, 2004.
- Documento eletrônico:**
- MESQUITA, C. *Judô Feminino: a quebra de preconceitos e mitos*. 1996. [http://www.judorio.org.br/fique\\_ligado/artigos/Artigo7\\_Chuno%20Mesquita.doc](http://www.judorio.org.br/fique_ligado/artigos/Artigo7_Chuno%20Mesquita.doc)

Ludmila Mourão  
 ludmila.mourao@terra.com.br  
 Gabriela Conceição de Souza  
 Rua Gago Coutinho, 46 Apto 902  
 Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ  
 CEP: 22221-070  
 gcsouza@hotmail.com